
PESQUISA SOCIAL E A VALORIZAÇÃO DA ABORDAGEM QUALITATIVA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: A QUEBRA DOS PARADIGMAS CIENTÍFICOS

ENSAIO – ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO

Rubens de França Teixeira

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina

Professor da Universidade Norte do Paraná – Londrina/PR

E-mail: rubensfranca@hotmail.com

Recebido em: 24/10/2004

Aprovado em: 20/12/2004

Maria Eliza Corrêa Pacheco

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora da Universidade Norte do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica –

Londrina/PR

E-mail: maria.pacheco@unopar.br

RESUMO

Este artigo propõe-se discutir a relação entre os paradigmas científicos e as dificuldades mais frequentes enfrentadas pelos pesquisadores sociais quando da escolha do emprego da metodologia e das técnicas da pesquisa quantitativa e qualitativa. Para contextualizar a reflexão em torno da ciência e de seu modelo explicativo, enfatizaram-se as profundas modificações sofridas pelo modelo da racionalidade que preside a ciência moderna e as manifestações dos paradigmas emergentes, levando-se em conta o reflexo dessa transição nos conhecimentos e nas pesquisas em Administração.

Palavras-chave: Paradigmas do conhecimento, pesquisa qualitativa e quantitativa em Administração.

SOCIAL RESEARCH AND APPRAISAL OF THE QUALITATIVE APPROACH IN BUSINESS ADMINISTRATION COURSES: BREAKING SCIENTIFIC PARADIGMS

ABSTRACT

This is a discussion about the relationship between scientific paradigms and the difficulties most frequently faced by social researchers in choosing a method and procedures for quantitative and qualitative research. To contextualize reflection on science and associated explanations, the major changes suffered by the rational model inherent to modern science and the manifestation of emerging paradigms were emphasized to take into consideration the impact of this transition upon knowledge and research in the domain administration.

Key words: *knowledge paradigms, quantitative and qualitative research in administration.*

1. INTRODUÇÃO

Diante de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica, uma série de questionamentos sobre o corpo teórico da pesquisa científica é evidenciada, e quanto mais nos embrenhamos nas teias do conhecimento, mais nos transformamos em reféns das artimanhas legitimadoras da ciência. De fato, vivenciamos um período bastante movimentado, em que, mesmo com uma visão descompromissada, é possível perceber significativas alterações nos mais variados campos da vida coletiva. Uma grande parte dos padrões políticos, econômicos, sociais e culturais estabelecidos ao longo da história pela sociedade e vistos pelos sujeitos como verdades absolutas é agora sistematicamente posta em cheque, o que leva a crer que a humanidade renunciou às certezas garantidas por séculos de tradição, passando a adotar a insegurança das mudanças constantes, com enfoque diferenciado na construção do conhecimento.

Imersa nesse contexto, a ciência da administração e seus conceitos amplamente aceitos passaram a examinar as posições das metodologias convencionais, principalmente o papel social da Administração, vista por muitos como uma forma de intensificar a exploração do capital sobre o trabalho e mais um instrumento de manutenção do *status quo*. Dessa forma, a cientificidade do conhecimento procura identificar a coerência do questionamento crítico e criativo. Trata-se de conjugar crítica e autocrítica dentro do princípio metodológico, isto é, o questionamento sistematizado apresenta a discutibilidade como critério principal da cientificidade. Observa-se que a interseção entre a teoria prática e a prática teórica deve ser discutida, pois a normatividade do campo científico é permeada de conflitos e contradições que não devem uniformizar os procedimentos e os processos de uma pesquisa, isto porque, segundo Habermas, uma “verdade é uma pretensão de validade”(apud DEMO, 1996: 22); sendo assim, “a história das ciências revela não um ‘a priori’, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento”(MINAYO, 1994: 12).

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é o de tentar dialogar sobre as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores sociais que procuram a metodologia adequada para dar conta ou para confirmar suas suspeitas a respeito de um

determinado problema. Na insistente busca de um método seguro para a investigação científica observam-se as tensões e contradições do modelo de racionalidade que presidiu a ciência moderna constituída a partir da revolução científica do século XVI. Num tempo de transição, de perda da confiança epistemológica e de substituição de paradigmas nas ciências, como fazer conhecimento orientado por uma construção de argumentos que permitam ao investigador a edificação de um pensamento objetivo e crítico sem o recurso a construções mecânicas, bem amarradas e insuportavelmente lógicas? Conforme POOLI (1998: 99), “a pesquisa social não é uma ‘sala confortável’, e é possível trabalhar sem estar em paz com seu objeto de trabalho, e essa deve ser a férrea necessidade das investigações sobre a organização dos homens e das mulheres”.

Nesse sentido, é pertinente também uma revisão, ainda que breve, do papel da pesquisa em Administração, de forma a estabelecer um rompimento com a estrutura vigente e, de certa forma, com a idéia de neutralidade científica exigida. Isso obrigaria o pesquisador a adotar, ou melhor, a assumir um posicionamento político e ideológico diante da realidade. Contudo, é necessário entender que não existe objetividade ou neutralidade em ciência, o que não quer dizer que a pesquisa objetivada, que é o processo construído e reconstruído de uma dada realidade, deva ser entendida como uma pretensão científica. Na realidade, a metodologia científica ou o questionamento da pesquisa objetivada é que permitem a construção e reconstrução do método.

2. A POSITIVIDADE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Entender a filosofia do conhecimento positivista é necessário porque esta representa a formação intelectual dos educadores brasileiros e também o marco da construção do pensamento científico. Bacon e Descartes, ao romperem com as concepções teológicas e metafísicas, afirmaram que somente nos fatos poderia fundar-se o conhecimento e que a dúvida seria o método para a busca da verdade. Dessa forma, verificar a trajetória da formação intelectual brasileira nos obriga à compreensão do pensamento científico positivista, representado por Augusto Comte.

Comte, em suas elucubrações sobre o desenvolvimento da filosofia positiva, preocupou-se com a ordem das coisas, desenvolvendo uma analogia orgânica da sociedade na qual a funcionalidade levaria às leis que regem os comportamentos humanos em sociedade, por conseguinte ao progresso moral. Dessa maneira, o pensador Augusto Comte estabeleceu a lei fundamental segundo a qual o espírito humano, em sua evolução, passou por três estados: o estado teológico e/ou sobrenatural, o metafísico e/ou de forças abstratas e o positivo e/ou da ciência. O estado positivo, para Comte, é o momento em que as causas deixam de ter importância e a observação se detém nos fatos, procurando racionalizar as relações constantes entre os fenômenos observáveis e suas leis.

A verdadeira ciência, para Comte, não é formada simplesmente pelas observações, mas também pela previsão racionalizada, ou seja, o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em “Ver para Prever”. Contudo, o dogma geral da invariabilidade das leis naturais, que significa a exatidão essencial a respeito de uma ordem inteira de grandes fenômenos, passa a idéia de que um saber universal tem como consequência um padrão moral único e esperado, do tipo ideal. Sabe-se que esse tipo de expectativa é determinado por uma ideologia que tende a buscar um novo método que redefina a moral e a política; portanto, sua ciência, apesar de pregar a neutralidade, nasce também como um instrumento de luta contra o obscurantismo do clero e as doutrinas teológicas fundadas nos dogmas de seu tempo.

Na opinião de CUPANI (1985), a ciência passou a se constituir por meio do paradigma do conhecimento válido, e as demais formas de conhecimento da realidade, tais como as religiões, as ideologias, os sistemas filosóficos e as crenças de senso comum são pouco precisas e não confiáveis. Tal pretensão é consagrada pela epistemologia positivista, que teve como orientação um método que quantificasse e desse conta das incertezas dos achados e da volatilidade das análises quando em confronto com a multifacetada rede de relacionamentos que constituem a complexidade da sociedade.

O positivismo, de acordo com BICUDO (1994: 16),

concebe a ciência como um corpo de conhecimentos formado por proposições cientificamente comprovadas, interconectadas segundo os parâmetros aceitos pela lógica. Esse corpo de conhecimentos orienta a formulação de problemas a serem pesquisados e os procedimentos a serem seguidos para tratá-los.

Assim, os pesquisadores que procuraram legitimar seus conhecimentos por meio desse processos quantificados transformaram as leis e as explicações gerais, estabelecendo a hierarquização das ciências, em que a matemática ocupava o primeiro lugar e as ciências humanas e sociais, o último, precedidas, em ordem decrescente, pela astronomia, física, química e biologia.

CUPANI (1985) apresenta a ciência positivista como o único tipo de conhecimento válido, objetivo, metódico e sistêmico, perfectível, neutro e desinteressado, hipotético e dedutivo.

No entanto, segundo esse autor, embora tais características sejam bastante aceitas na comunidade científica, a visão “positivista” da ciência foi e ainda é questionada por várias correntes epistemológicas deste século, tais como a fenomenologia e o marxismo, entre outras. Tal fato parece demonstrar a necessidade de se repensarem alguns aspectos da ciência e da pesquisa científica que, segundo a posição positivista, já seriam considerados verdades inquestionáveis.

Dessa forma, alguns pensadores influenciados por Kant reagiram criticamente ao modelo positivista de conhecimento, demonstrando que não há uma verdadeira ciência, mas que, ao contrário do que se pensava no positivismo, um dado observado por diferentes pesquisadores leva a conclusões pouco ou muito diferenciadas, dependendo da formação cultural e histórica do sujeito e de seus objetivos, uma vez que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, portanto, a unidade do diverso” (MARX, 1978: 76).

Para SANTOS (1990), estamos no fim do ciclo da hegemonia e da ordem dos paradigmas conceituais. Vivemos um momento de perplexidade, como em meados do século XVI, quando a noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo converteu-se na metáfora dominante da era moderna. Essas mudanças foram ocasionadas por revoluções na física e na astronomia. A matemática forneceu à

ciência moderna o instrumento privilegiado de análise e a lógica da investigação. O conhecer significava quantificar. O rigor científico aferia-se pelo rigor das medições.

Assim, o conhecer denota dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou. A experiência, como tal, foi excluída do domínio do discurso científico. Dessa maneira, o paradigma dominante vai sendo construído nesse contexto de idéias; daí considerar-se o homem como uma máquina, aproximando-o da natureza e separando o objeto do sujeito, o conhecimento científico do senso comum, o saber científico do saber subjetivo.

No entanto, na Física, segundo CAPRA (1982), a teoria da relatividade de Einstein revoluciona as concepções de espaço e tempo e a teoria quântica inspira outra crise no paradigma dominante ao demonstrar que não é possível observar e medir um objeto sem interferir nele, sem alterá-lo a tal ponto que o objeto que sai de um processo de medição não é mais o mesmo que lá entrou. Introduce-se o princípio de interferência do sujeito no objeto investigado. A hipótese do determinismo mecanicista é inviabilizada, uma vez que nem a totalidade do real se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir, nem existem estruturas estáticas na natureza.

Portanto, a fase de transição impõe a necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar, pelos sujeitos individuais ou coletivos criados e usados para darem sentido às ações práticas e que a ciência teima em considerar irrelevantes, ilusórios e falsos; e, finalmente, pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo constructo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade (SANTOS, 1990). Ainda para este autor, o paradigma emergente da revolução científica deve ser um paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, ou seja, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente).

Ao buscar-se uma ciência crítica, deve-se confrontar a ciência com tudo aquilo que, por não ser considerado científico, foi banido do reino do

conhecimento, questionando-se e derrubando-se o muro aparentemente intransponível entre o “saber objetivo” e o “saber subjetivo”.

Levando-se em conta, enfim, a estreita ligação existente entre o modo positivista de fazer ciência e os métodos quantitativos de pesquisa, bem como as posições qualitativas inerentes à fenomenologia e ao marxismo, passa-se agora a enfocar mais especificamente tanto as diferenças de abordagem entre os métodos quantitativos e qualitativos, quanto a importância e influência destes nas pesquisas de cunho administrativo.

3. DIFERENTES FORMAS DE ABORDAGEM – MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

LOWY (1987: 207) demonstra que autonomia do método em ciência social significa compreender o ponto de vista da classe que produz o conhecimento, ou seja:

[...] o mirante não faz senão definir uma possibilidade objetiva de visibilidade: a visão efetiva e a pintura de uma paisagem não dependem mais dele. Mas trata-se de uma autonomia relativa e não de uma independência total (como o pretende o positivismo) na medida em que o papel do horizonte de visibilidade é decisivo para a própria constituição do campo cognitivo (LOWY, 1987: 207).

Nesse sentido, no entender de RICHARDSON (1985), método em pesquisa corresponde à escolha de certos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Tais métodos podem ser classificados em dois grandes grupos: método quantitativo e método qualitativo.

É importante ressaltar que tais métodos são os instrumentos utilizados pelos mais diversos pesquisadores para tentarem, via seus estudos, aproximar-se da realidade observada. No entanto, nenhum dos dois pode ser considerado perfeito, no sentido de ser suficiente para a compreensão completa dessa realidade. Desse modo, pode-se argumentar que um bom método será sempre aquele capaz de permitir uma construção correta dos dados, de modo que consiga auxiliar na reflexão sobre a dinâmica da teoria e da prática.

Nessa dimensão, BACHELARD (1978: 135) afirma que é necessário “o método para conhecer, para captar o projeto a conhecer”. Entende-se que o

processo de conhecimento é um desvelamento do objeto, tornado transparente pela trajetória ou percurso da pesquisa. Dessa maneira, “o método científico é um método que procura o risco. Seguro da sua conquista, arrisca-se numa aquisição. A dúvida está à sua frente e não atrás, como na vida cartesiana”.

Reforçando essa idéia, RICHARDSON (1985) acredita que os métodos se diferenciam não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas sobretudo pela forma de abordagem do problema, sendo, portanto, a natureza ou o nível de aprofundamento do problema/objeto o que, de fato, determina as contradições que podem indicar mais facilmente os caminhos para a originalidade.

Enfim, a multiplicidade dos olhares é uma condição para a análise das diferenças entre as abordagens quantitativa e qualitativa e a verificação, de modo breve, das causas do surgimento desses métodos, bem como das diferenças de procedimentos, pois qualquer objeto de pesquisa social é uma unidade complexa em permanente crise interna e uma das tarefas mais importantes do investigador reside no esforço para conhecer e dar a conhecer aos outros as suas valorizações, indicando-as explicitamente. Esse esforço o ajudará a atingir o máximo de objetividade subjetivamente acessível no momento em que escreve, facilitando aos outros investigadores apreender as diversas dimensões do fenômeno estudado e recorrer a diferentes tipos de abordagens (MORIN, 1982; GOLDMANN, 1984).

Assim, a diferença entre as abordagens qualitativa e quantitativa é de natureza histórica, decorrente das transformações do pensamento místico e filosófico para o científico. No entanto, conforme apresenta DEMO (2000), tais abordagens não são excludentes, uma vez que complementam a análise da realidade e a dinâmica do fato observado em suas matrizes teóricas. A postura teórica é que, de fato, impõe o método do observador. Nessa perspectiva, as abordagens qualitativa e quantitativa deixam de ser percebidas como opostas, para serem entendidas como complementares. Essa integração complexa e emergente necessita apontar para as partes mais relevantes e centrais dos objetos observados em sua essência (algo impossível de ser visto, tocado ou mensurado): perfectibilidade, participação e intensidade. Dessa forma “o fenômeno ou processo social tem que ser entendido

nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos” (MINAYO 1994: 25).

3.1. Diferenças quanto à origem

Segundo MINAYO e SANCHES (1993), o método quantitativo nada mais é do que a expressão da concepção positivista de ciência, que, por sua vez, defende que a única forma científica de apreender o social é a observação dos dados da experiência, ou seja, dos caracteres exteriores, objetivamente manifestos nos atos. Portanto, a lógica que preside tal linha de atividade é de caráter comparativo e exterior aos sujeitos.

É exatamente essa concepção positivista que insiste na aplicação dos modelos das ciências naturais às ciências sociais, pregando uma ciência livre de valores, os quais podem distorcer ou prejudicar assuntos explicáveis “objetivamente”, e deixando claro que conceitos como exploração, marginalização, pobreza e tantos outros de cunho político, moral ou ideológico são exemplos de falta de “cientificismo”.

Todavia, KERLINGER (1980: 10), em seus estudos, esclarece que todo o conhecimento do mundo é afetado, e mesmo distorcido, pelas predisposições dos observadores, e que quanto mais complexas forem as observações, mais elas se afastarão da realidade física, da mesma forma como quanto maiores as inferências feitas, maiores também serão as possibilidades de distorção. O autor explica que

[...] quando o cientista físico lida com pesos, por exemplo, há uma baixa probabilidade de distorção: existem pequenas oportunidades para pontos de vista pessoais, inclinações e prenoções entrarem no processo. Mas considerem-se as possibilidades de distorção no estudo e mensuração de autoritarismo, dogmatismo, inteligência, nível de aspiração, realização, classe social, ansiedade e criatividade (KERLINGER, 1980: 10).

Tais discrepâncias existentes entre as ciências físicas e sociais certamente contribuíram para que já no final do século XIX, em Heidelberg, na Alemanha, e início do século XX, em Chicago, nos Estados Unidos, surgisse a perspectiva interacionista, com uma orientação multidisciplinar, envolvendo, principalmente, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Psicologia e a Filosofia. Segundo essa escola, as ciências sociais estariam privadas de sua própria essência se não

examinassem a estrutura motivacional da ação humana, isto é, as atividades interativas dos sujeitos que produzem as significações do conhecimento social; portanto, sugere que as pesquisas etnográficas contribuem para dar legitimidade às técnicas e aos métodos qualitativos.

A escola de Chicago abriu caminho para outras correntes do conhecimento teórico científico, influenciando de certa forma a abordagem fenomenológica e a etnometodologia. A primeira é um procedimento metodológico que busca substituir as construções explicativas dos fenômenos analisados pela descrição do que se passa efetivamente do ponto de vista daquele que vive a situação concreta. Weber chegou a afirmar que é função das ciências sociais buscar a compreensão do significado da ação humana, ao invés de se preocupar apenas com a descrição dos comportamentos. Já a etnometodologia apoiou-se nos métodos fenomenológicos e hermenêuticos com o objetivo de compreender o dia-a-dia dos sujeitos nas sociedades complexas, procurando descobrir as práticas e representações segundo as quais as pessoas negociam, cotidianamente, a sua inserção nos grupos (BECKER, 1994).

Assim sendo, viu-se no surgimento da abordagem qualitativa uma forma de resposta aos reais anseios das ciências sociais, já que ela realiza, no entender de MINAYO e SANCHES (1993), uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, ambos da mesma natureza. A pesquisa qualitativa se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos autores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações se tornam significativas. Contudo, a combinação de metodologias diversas é o que possibilita a triangulação dos conhecimentos, facilitando o entendimento e a amplitude da análise de um dado fenômeno.

3.2. Diferenças quanto aos procedimentos utilizados

De modo específico, pode-se argumentar que o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, que vão desde as mais simples, como o caso da média e do desvio-padrão, às mais complexas, como o coeficiente de correlação e a análise de regressão. Sua utilização

tem por objetivo básico garantir o máximo de precisão nos resultados obtidos e evitar distorções de análise e interpretação, proporcionando uma maior margem de confiança na pesquisa.

GODOY (1995) enfatizou, em linhas gerais, que em um estudo de cunho quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido *a priori*, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Dessa forma, preocupa-se especialmente com a medição objetiva e a quantificação dos resultados, buscando, conforme dito anteriormente, o máximo de precisão em seu trabalho.

Além disso, é importante ressaltar que a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada em estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que identificam a relação de causalidade entre fenômenos. Assim, os procedimentos quantitativos são úteis para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que possam ser comparadas e processadas quantitativamente, pois a idéia é que tanto os fenômenos da natureza como os da organização social estão regidos por leis invariáveis.

Já o método qualitativo, por sua vez, difere do quantitativo porque não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema para sua generalização. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas e se utiliza do processo de problematização, isto é, o recorte investigativo do objeto a ser pesquisado situa-se dentro de uma totalidade contextual.

No entender de MINAYO e SANCHES (1993), é no campo da subjetividade que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas e dos significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social.

Afirma GODOY (1995) que a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados e nem sempre emprega o instrumental estatístico na análise dos dados. Ela parte de questões ou focos de interesse amplo que vão se definindo à medida que o estudo se

desenvolve, e busca, por meio da obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos – via contato direto do pesquisador com a situação estudada –, compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Já para RICHARDSON (1985), os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Portanto, a investigação qualitativa se esforça na busca de um resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento produzido sobre a problemática a ser analisada, identificando as diferenças, as premissas e as conclusões anteriores e procurando superar as categorias de análise que se colocaram como “verdades absolutas” e que se revelam insuficientes pela própria dinâmica da realidade histórica.

Fazendo, novamente, uso das opiniões de MINAYO e SANCHES (1993), podemos verificar uma outra diferença relevante entre a abordagem quantitativa e a qualitativa, que se refere ao fato de que, na quantitativa, trabalha-se em níveis de realidade, nos quais os dados se apresentam aos sentidos, com o objetivo de trazer à luz indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos. Já a abordagem qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, buscando aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

3.3. Características básicas da pesquisa qualitativa

É importante destacar que, embora esteja ocorrendo um aumento de popularidade da metodologia qualitativa entre os pesquisadores da área das ciências sociais, ainda existem, segundo autores como TRIVIÑOS (1987), dúvidas sobre o

que realmente caracteriza uma pesquisa qualitativa e dificuldades na sua definição.

Assim sendo, embora não seja objetivo deste trabalho aprofundar-se nessa questão, torna-se interessante apresentar, de forma sucinta, cinco características básicas que configuram esse tipo de estudo:

- 1) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Ela supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra por meio do trabalho intensivo de campo.
- 2) Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos.
- 3) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.
- 4) O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida é foco de atenção especial pelo pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas.
- 5) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados, num processo de baixo para cima (BOGDAN, *apud* TRIVIÑOS, 1987).

Ressalta-se novamente que essas características da abordagem qualitativa foram apresentadas de forma bastante sucinta, sem o intuito de aprofundar o assunto. Isso não impede a constatação de que, dadas essas características, a pesquisa de cunho qualitativo tem seu foco de interesse voltado para o

homem e para suas relações e interações com o ambiente em que habita e/ou trabalha.

Tal constatação leva a crer, uma vez que comprovadamente está aumentando o interesse dos estudiosos das ciências sociais (incluindo os das organizações) pelas pesquisas qualitativas, que certamente existe interesse e preocupação com a natureza humana. No entanto, esse fato pode ser considerado recente, pois, como se sabe, a abordagem quantitativa predominou e reinou durante quase todo o século XX. Diante disso, e estabelecidos alguns pressupostos sobre os métodos científicos qualitativo e quantitativo, parte-se agora para o questionamento do conhecimento da Administração e das possíveis razões que a levaram a valorizar os métodos quantitativos em detrimento do conhecimento qualitativo.

4. POSSÍVEIS CAUSAS DA VALORIZAÇÃO DOS MÉTODOS QUANTITATIVOS NAS PESQUISAS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Observa-se que antes do século XX poucas foram as teorias ou as reflexões sistemáticas sobre as atividades administrativas, o que torna a Administração, enquanto ciência, relativamente nova se comparada com algumas das ciências naturais que antecedem a civilização cristã. Contudo, as investigações da Administração estão presentes nos fundamentos do conhecimento humano que foram passados de geração para geração e estão relacionados com o paradigma racionalista da tradição grega.

Nessa dimensão, a investigação sistematizada do conhecimento administrativo ocorreu a partir do final do século XIX, em 1881, quando Taylor, pela primeira vez, aplicou o conhecimento ao estudo do trabalho humano, possibilitando a elaboração de um conjunto de procedimentos administrativos conhecidos como *Princípios de Administração Científica*. Houve também a contribuição dos economistas clássicos, notadamente Adam Smith, para quem administrar seria cultivar a ordem, a economia e a atenção. Assim, é no início do século XX que Taylor e Fayol publicaram seus princípios de administração, para os quais foi reivindicado o *status* de “científicos”. No entanto, para LOPES (1996: 47) esses estudos das organizações tinham como preocupação predominante o aumento da

produção e do controle do trabalho, forjando muitas vezes sensibilização “às condições em que se desenvolvia o trabalho para justificar novas estratégias comportamentais na redefinição do controle organizacional”.

Entende-se portanto que, desde o seu princípio, a Teoria Administrativa e também a Teoria Organizacional têm primado por negar e disfarçar seu caráter ideológico, sob o argumento da cientificidade. Os fundamentos teóricos da Administração acabaram por criar uma *praxis* nas abordagens metodológicas nesta área de pesquisa, dando explícita preferência à análise quantitativa, considerada “mais científica”, em detrimento da análise qualitativa, além de enfatizarem a rígida separação entre o pesquisador e o pesquisado.

Essa abordagem adotada pelos clássicos da Administração reflete a mecanicidade do pensamento administrativo, ignorando a complexidade do ser social, político, econômico e cultural. Junto a essas teorias desenvolveu-se o conceito de *Homo Economicus*, que ilustrava bem a visão negativa que se tinha do homem, considerado um ser movido por interesses exclusivamente econômicos e materiais, limitado, mesquinho e preguiçoso, que precisava ser continuamente controlado, como nos diz RAMOS (1984).

Desse modo, pode-se concluir que a busca constante pela manutenção da ordem vigente, da estabilidade, do equilíbrio e do controle sempre fez parte dos estudos da Administração. Esse viés intensificou-se a partir dos estudos iniciados por Max Weber, que deram origem ao Modelo Burocrático que, ainda hoje, resiste como prática das análises científicas administrativas, as quais dão ênfase ao controle, quer seja das pessoas, quer dos processos que compõem as organizações.

Esse enfoque é tão acentuado que até mesmo as mudanças são controladas. A burocracia costuma operar mudanças superficiais, as chamadas “mudanças aparentes” ou “mudanças cosméticas”, que, na realidade, nada apresentam de transformações, pois se limitam a aspectos insignificantes, sem alcançar a estrutura da organização em si. Ou seja, na intenção de controlar tudo, inclusive a mudança, a burocracia cria uma pseudotransformação.

Dessa forma, a pesquisa quantitativa atenderia bem aos propósitos da organização burocrática, já

que nesta não existe praticamente risco algum de acontecer qualquer alteração não prevista e, portanto, fora de controle, pois nela o pensamento sobre as ações humanas é subjugado. Como se sabe, é exigido do investigador científico uma postura extremamente imparcial e neutra diante da realidade. Isso porque a abordagem positivista limitou-se a observar os fenômenos e fixar as ligações de regularidade que possam existir entre eles, renunciando a descobrir suas causas e contentando-se em estabelecer as leis que os regem (MINAYO e SANCHES, 1993).

Em tese, o método quantitativo de pesquisa inerente ao positivismo e às análises do modelo burocrático torna-se a fórmula concreta da realidade, facilitando o entendimento dos motivos da escolha e da preferência dos pesquisadores de meados do século XX, incluindo-se aí, logicamente, os estudiosos da ciência administrativa.

Além disso, as mudanças da realidade histórica levam a um constante e progressivo questionamento do modelo burocrático. MOTTA (1981) apresenta alguns dos principais pilares do pensamento weberiano: as normas e regras que norteiam as tarefas de cada cargo, para cuja ocupação são observados critérios de mérito e competência; os cargos são estabelecidos a partir de princípios hierárquicos; há uma divisão sistemática do trabalho; as comunicações são escritas, formais; a especialização é necessária ao exercício da profissão; dedicação total, profissionalismo; competência técnica e conhecimento das normas e procedimentos; impessoalidade.

O estabelecimento de tais fundamentos tinha como objetivo básico tentar controlar as influências externas, provenientes de características do pessoal e de mudanças ambientais, procurando assim estabilizar e criar rotina para seus próprios processos, a fim de alcançar maior eficiência interna (PERROW, 1976). Dessa forma, torna-se evidente que a organização burocrática tinha por finalidade diminuir ao máximo a influência do elemento humano dentro de sua estrutura, procurando, de acordo com MERTON (1952), eliminar por completo as relações de tipo pessoal e as considerações emocionais (hostilidade, ansiedade, vínculos efetivos, etc.) e deixando as decisões nas mãos de poucas pessoas, supostamente mais qualificadas, que fazem parte do alto escalão da organização.

Atuando segundo os princípios do modelo burocrático, uma enorme quantidade de organizações alcançou, durante vários anos, o sucesso em suas operações. Tanto é assim que, mesmo diante de uma série de acusações contra a burocracia – considerada rígida, vagarosa e impermeável a mudanças e inovações –, esta continuou sendo por muito tempo o modelo mais utilizado e de melhor aplicação a vários tipos de instituições.

No entanto, as críticas à burocracia têm aumentado na mesma medida em que o seu tripé de sustentação – certeza, estabilidade e previsibilidade – deixa paulatinamente de existir. De fato, nos últimos anos, o ritmo de mudanças impostas em todas as áreas da vida humana tem sido tão rápido que tornou a conhecida dificuldade da burocracia em lidar com novidades um problema que pode levar as organizações burocráticas tradicionais ao mais completo fracasso.

Por esses motivos, existe já há algum tempo um grande interesse em remodelar o espaço de produção. Assim, seguindo uma linha de raciocínio que busca a transformação, ou melhor, a evolução do atual modelo burocrático para um outro que consiga lidar melhor com o aumento da complexidade da sociedade, muitos são os autores que pregam um redesenho radical dessas organizações (PINCHOT e PINCHOT, 1994; SENGE, 1990; SHON, 1973; MITROFF, 1994), procurando, de modo geral, valorizar aspectos da conduta humana que a rigidez burocrática não admitia, tais como: maior participação nas decisões; resgate dos conceitos morais e éticos nos locais de trabalho e na filosofia de ação dessas instituições; busca pelo diálogo autêntico entre as pessoas; envolvimento dos participantes do espaço de produção em atividades de solidariedade humana, entre outros.

Desse modo, pode-se mesmo considerar que está havendo uma redescoberta do homem no âmbito dos estudos sobre as organizações e na Administração. Tal redescoberta envolve, em um sentido mais amplo, a noção de que o homem é um ser altamente complexo e que, por isso mesmo, não pode ser tratado como apenas mais um recurso a ser utilizado pelas organizações na busca de seus objetivos. A valorização do ser humano parece finalmente estar se tornando realidade para os estudiosos da Administração, fato que influi

decisivamente na crescente valorização da pesquisa qualitativa, por todos os motivos já apresentados.

5. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA QUALITATIVA NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

A forma como era vista a ciência administrativa suscitou, a bem da verdade, críticas por parte de várias correntes epistemológicas. Argumentava-se, por exemplo, que, pelo fato de ser a Administração uma ciência social, ela não possuía o mesmo nível de exatidão da física, da química ou da matemática. Ou seja, na química, sempre que dois ou mais componentes forem reunidos em condições devidamente controláveis, observar-se-á o mesmo tipo de reação, desde que se mantenham as mesmas condições. No caso das ciências sociais e aplicadas, essa imutabilidade não pode ser garantida, ainda que tenhamos os mesmos elementos sob as mesmas condições. Aliás, pode-se mesmo dizer que, no caso da Administração, os resultados serão quase sempre diferentes.

Assim, se a pesquisa quantitativa, a princípio, prestava-se melhor à observação e análise dos fenômenos naturais, o mesmo não poderia ser dito em relação às ciências sociais. Nestas, a pesquisa qualitativa mostrava-se bastante valiosa em vários casos. No entanto, devido aos motivos expostos acima, a ciência da administração optou durante vários anos pelo uso quase exclusivo da abordagem quantitativa.

De qualquer modo, a despeito dessa preferência histórica por técnicas de pesquisa quantitativa, não se pode deixar de ressaltar a importância da pesquisa qualitativa no processo de desenvolvimento da teoria administrativa. Afinal, o surgimento da segunda escola da administração, a chamada “escola das relações humanas”, deve-se à utilização, de certa forma, de métodos qualitativos por parte do psicólogo organizacional Elton Mayo, em Hawthorne, Illinois.

Mayo, ao iniciar a experiência que ficou conhecida como “experiência de Hawthorne” ou “experiência da fábrica de montagem de relés”, tinha por objetivo comprovar a hipótese de que variáveis ambientais, tais como iluminação, ventilação e outras, influenciavam na produtividade de tal maneira que, se a empresa desejasse aumentá-la ou reduzi-la bastaria manipular tais variáveis.

Assim, se a empresa precisasse, por exemplo, aumentar a produtividade do grupo, bastaria aumentar a iluminação do ambiente.

Para comprovar essa hipótese, Mayo selecionou um grupo de operárias, que ele chamou de “grupo de experimento”, e o isolou em uma sala. Ele observou as alterações que a mudança nas variáveis ambientais provocava na produtividade desse grupo. Essas alterações na produtividade eram avaliadas em comparação com a produtividade das demais funcionárias da fábrica, que continuavam trabalhando sob as mesmas condições observadas antes do início do experimento, portanto sem nenhuma alteração. Este segundo grupo Mayo chamou de “grupo de controle”.

Para surpresa do pesquisador e de seus discípulos, embora a luminosidade fosse reduzida, a produtividade aumentava. Da mesma maneira, se a luminosidade fosse ampliada, a produtividade do grupo de experimento também aumentava. Portanto, apesar de cercado de cuidados que dessem sustentação científica a suas conclusões, o pesquisador não conseguiu alcançar os resultados inicialmente esperados. Se de um lado ele não podia confirmar suas hipóteses, de outro não havia argumentos suficientes que as refutassem. As experiências em Hawthorne duraram cerca de cinco anos e somente permitiram alguma conclusão sobre o fenômeno observado quando foram introduzidas, já numa segunda etapa da pesquisa, técnicas de pesquisa qualitativa. Optou-se por realizar entrevistas com as operárias e seus supervisores, a fim de avaliar sua percepção sobre o fenômeno observado; ou seja, o objetivo era compreender a realidade sob a perspectiva dos sujeitos, como afirmam MINAYO e SANCHES (1993). Assim, percebeu-se que havia uma outra variável não prevista inicialmente por Mayo e que, neste caso, era fundamental para a conclusão dos resultados. Essa variável era a auto-estima das operárias.

Elas se sentiram importantes ao serem observadas por cientistas, que, com as conclusões sobre o trabalho por elas realizado, estabeleceriam normas e padrões que orientariam a vida de trabalhadores em toda a América e, talvez, até mesmo em todo o mundo. Esse fato alterou tanto o resultado da pesquisa quanto a concepção da teoria administrativa, dando origem a uma nova escola da Administração, que se utiliza de métodos qualitativos.

Reforçam essa idéia BOGDAN e BIKLEN (1994), ao apontarem o reducionismo das técnicas quantitativas dominadas pelas questões de mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística. Alargou-se o conhecimento quando se passou a considerar a metodologia de investigação qualitativa, que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais.

Nessa perspectiva, os estudos qualitativos, ao valorizarem os aspectos descritivos e as percepções pessoais, devem focalizar o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, também o contexto. Na pesquisa qualitativa não se investiga em função de resultados, mas para obter “a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (BOGDAN e BIKLEN, 1994: 16), correlacionada ao contexto do qual fazem parte. Assim, as questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas da compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada – em vez disso, vai-se ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento.

Todavia, mesmo demonstrando sua importância para os estudos administrativos, as abordagens qualitativas, em razão dos motivos já expostos neste trabalho, foram relegadas a um plano secundário durante um bom tempo. Por sua vez, a visão que se tinha do homem dentro das organizações – o *homo economicus* – retratou bem a atitude da teoria administrativa para com o elemento humano durante muitas décadas. De modo que, a despeito dos inegáveis progressos apresentados ao longo dos anos por essa teoria, era de esperar que somente por meio de transformações amplas e radicais envolvendo a sociedade como um todo haveria condições de se promover uma real valorização do elemento humano dentro das organizações, com o conseqüente aumento no número de pesquisas de caráter qualitativo, visto ser a preocupação básica desse tipo de pesquisa exatamente o exame de aspectos relevantes da natureza humana. E tais transformações não tardaram a aparecer, nem tampouco as influências destas no campo da teoria organizacional e administrativa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perplexidade. Essa é a natureza das mudanças que se fazem presentes no início do século XXI. E à medida que nos aprofundamos nos métodos e pressupostos do conhecimento científico, mais percebemos que as explicações, os métodos e as técnicas do passado não conseguem dar conta da atual realidade. O mundo em que vivemos revela-se altamente imprevisível e instável. Segundo CRUZ JÚNIOR (1988: 3), vive-se atualmente um período de intensos questionamentos sobre determinados aspectos básicos da vida humana, entre os quais podem-se destacar:

[...] os resultados distorcidos, em termos de progresso social, da contínua busca do progresso econômico; a crescente concentração de poder político nas mãos dos administradores de grandes corporações empresariais e/ou agências governamentais; o inalienável direito à propriedade privada e à acumulação de capital, que embasa o crescimento econômico, mas que, também, aliena o homem do seu ambiente natural e social, talvez mesmo de si próprio (CRUZ JÚNIOR, 1988: 3).

Diante dessa situação, SHON (1973) argumenta que, embora a crença no chamado “estado estável” seja um mecanismo de defesa contra a ameaça da incerteza, não há como negar a sua falência na atualidade. Aspectos como o elevado desenvolvimento tecnológico, a globalização da informação, além da busca por um novo sentido da vida humana, contribuíram para o aumento da complexidade do estudo da sociedade.

A civilização contemporânea está frente a limites de toda ordem, a uma revolução tecnológica sem precedentes, a incertezas e instabilidades nunca vistas, e é necessário encontrar uma nova ordem que permita melhor distribuição da riqueza com mais respeito ao ser humano e ao seu habitat natural (SALM, 1996: 29).

Esse contexto e as inúmeras transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que afetaram a nossa sociedade nos últimos anos e que tiveram influência determinante sobre todas as organizações contemporâneas fazem com que autores como RAMOS (1981), SALM (1993; 1996), CRUZ JÚNIOR (1988), FERGUSON (1980) e CHANLAT (1992) questionem as atuais bases nas quais está sustentada a ciência organizacional e que afetam, de forma contundente, vários aspectos da vida humana. Esses autores propõem a criação de

um novo paradigma, como instrumento para promover a ordenação da vida humana associada e como forma de redefinir as bases nas quais as ciências sociais em geral, e a Administração em particular, devam se assentar.

Por conseguinte, inúmeras são as críticas feitas à dimensão positivista da explicação dos fenômenos sociais. Para KATZ e KAHN (1987: 47), “não existe falácia mais universal, persistente, fútil e prejudicial às ciências sociais do que o uso do modelo físico para a compreensão de estruturas sociais”. No entender de RICHARDSON (1985), a redução da ciência ao campo do observável e a separação entre fatos e contextos levaram a casos extremos, como a desconsideração dos problemas reais da grande maioria da população. CHANLAT (1992: 23) é mais específico ao chamar a atenção para a ocultação ou ausência de certas dimensões humanas no desenvolvimento da ciência administrativa e no campo do comportamento organizacional.

Para o autor, o isolamento da produção intelectual teve duas grandes causas: de um lado, tendo instalado o econômico, o quantitativo e as organizações no centro de seu universo, nossa sociedade parece ter se esquecido do resto, isto é, tudo que não é redutível à formalização; por outro lado, como todo recurso a um pensamento externo e forçosamente crítico pode sempre ameaçar a ordem organizacional estabelecida, o mundo da gestão tem que, com frequência, nomear as visões que lhe são menos incômodas.

Pelo que se pôde constatar, no campo específico da ciência da administração parece haver uma relação entre o aumento das críticas ao uso indiscriminado da pesquisa positivista e à supervalorização dos métodos quantitativos, com as constantes transformações por que passam todos os segmentos da sociedade, incluindo as organizações, e a conseqüente quebra de paradigmas envolvendo o estudo da Administração, que inclui, entre outras coisas, a redescoberta e valorização do ser humano, de forma a se alcançar uma concepção que procure apreender o indivíduo como um ser complexo, politizado, pensante e que não pode ficar inteiramente à mercê dos interesses organizacionais. Por sua vez, o retorno do indivíduo à cena das ciências sociais atingiu também o campo do estudo das organizações, de modo que, já há alguns anos, vários pesquisadores procuram elaborar suas

hipóteses de trabalho levando em consideração a subjetividade.

Embora os argumentos em favor do uso da pesquisa qualitativa nas investigações de cunho social sejam bastante relevantes, não se pode afirmar com certeza se este ou aquele método de pesquisa presta-se melhor às ciências sociais, em especial à Administração, onde podem ser encontradas situações e dados dos mais variados tipos. Ou seja, há situações em que se busca observar, no conjunto de dados apresentados, uma tendência, um padrão, uma correlação entre variáveis, e assim por diante. Por outro lado, há ocasiões em que as intenções são outras, como por exemplo entender os fenômenos estudados sob o ponto de vista dos sujeitos.

Enfim, não há na Administração uma regra geral que defina uma preferência por técnicas de pesquisa. Isso dependerá, de um lado, da intenção do pesquisador e, de outro, da natureza ou do nível de aprofundamento do problema, visto que em alguns casos a pesquisa quantitativa tem resultados relevantes e vice-versa.

TRIVIÑOS (1987) fez questão de alertar para a falsa dicotomia quantitativo-qualitativo, gerada durante o confronto dessas diferentes perspectivas de entendimento do real. Para esse autor, toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, embora o que ocorra na prática é que toda investigação baseada na estatística, e que pretenda obter resultados objetivos, fica exclusivamente no dado estatístico, além de raramente o pesquisador se utilizar dessa informação para avançar numa interpretação mais ampla dela. CHANLAT (1992: 32) procura encerrar o suposto conflito entre as abordagens quantitativa e qualitativa ao recomendar uma postura que ultrapasse “o debate já antigo, para não dizer arcaico, que opõe os partidários do quantitativo aos do qualitativo”.

Portanto, é necessária uma tomada de consciência simultânea dos elementos subjetivos e objetivos (GIDDENS, 1991; BOURDIEU, 1989; MORGAN, 1996). Só assim teremos competências e habilidades interpretativas dos fenômenos sociais, compreendendo o sentido que as pessoas dão aos seus gestos, às suas ações e aos seus sentimentos.

Concluindo, as abordagens quantitativa e qualitativa não podem e nem devem ser

consideradas antagônicas. O problema ocorre quando os fatores que determinam a escolha de qual metodologia usar para este ou aquele estudo deixam de ser de ordem meramente técnica, por assim dizer, e passam a refletir interesses, nem sempre salutares, de ordem política, econômica, cultural ou social. Não é por acaso que muitos dos estudos envolvendo a Administração foram feitos segundo uma abordagem quantitativa, como forma de tentar evitar possíveis questionamentos às suas conclusões, uma vez que grande parte desses estudos pregava o controle quase que total do ser humano pelas organizações.

Por fim, pode-se agora afirmar que foi altamente interessante perceber o porquê da recente valorização de pesquisas qualitativas e sua relação com os novos rumos da Administração, uma vez que ela parece estar estreitamente relacionada com a valorização do conhecimento humano, que agora começa a deixar de ser visto como um mero recurso, um objeto a ser utilizado ao bel-prazer do interesse econômico e de mercado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. *O Novo Espírito Científico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- BECKER, H. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BICUDO, M. A. V. *Pesquisa Qualitativa em Educação*. Piracicaba: UNIMEP, 1994.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CHANLAT, J.-F. *O indivíduo nas Organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1992.
- CRUZ JÚNIOR, J. B. Organização e administração de entidades públicas: aspectos políticos, econômicos e sociais de um paradigma emergente. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 3-21, jul.-set. 1988.
- CUPANI, A. *A Crítica do Positivismo e o Futuro da Filosofia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- DEMO, P. *Pesquisa e Construção do Conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- FERGUSON, M. *A Conspiração Aquariana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. 4 reimp. São Paulo: USP, 1991.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar.-abr. 1995.
- GOLDMANN, L. *Dialética e Ciências Humanas*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1984.
- KATZ, D.; KAHN, R. L. *Psicologia Social das Organizações*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- KERLINGER, F. N. *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EDUSP, 1980.
- LOPES, F. D. A pesquisa qualitativa em administração no DEAD e a formação de professores e administradores. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 20, 1996, Angra dos Reis. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 1996.
- LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARX, K. *Contribución a la Crítica de la Economía Política*. Madrid: Comunicación, 1978.

- MERTON, R. K. *et al. Reader in bureaucracy*. New York: The Free Press, 1952.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, jul.-set. 1993.
- MITROFF, I. I. *et al. Framebreak: the radical redesign of America business*. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.
- MORGAN, G. *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORIN, E. *Ciência como Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1982.
- MOTTA, F. C. P. *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PERROW, C. B. *Análise Organizacional: um enfoque sociológico*. São Paulo: Atlas, 1976.
- PINCHOT, G.; PINCHOT, E. *O Poder das Pessoas: como usar a inteligência de todos dentro da empresa para a conquista de mercado*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- POOLI, J. P. *Decifra-me ou te Devoro*. A excelência do objeto pela construção do argumento. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 23, n. 2, p. 95-108, jul.-dez. 1998.
- RAMOS, A. G. *A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- _____. Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr.-jun. 1984.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- SALM, J. F. Paradigmas na formação de administradores: frustrações e possibilidades. *Universidade & Desenvolvimento*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 18-42, out. 1993.
- _____. *Transição organizacional e racionalidade: declínio e restauração da razão no espaço de produção*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- SAMPAIO, J. dos R. A pesquisa qualitativa entre a fenomenologia e o empirismo formal. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 36, n.2, p.16-24, abr.-jun. 2001.
- SANTOS, B. de S. *Um Discurso sobre as Ciências*. 4. ed. Porto: Afrontamento, 1990.
- SCHON, D. A. *Beyond the stable state*. New York: W. W. Norton & Company, 1973.
- SENGE, P. M. *A Quinta Disciplina*. 10. ed. São Paulo: Best Seller, 1990.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.